



# Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã

Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004  
Ponta Porã-MS, 12 de dezembro de 2006

Edição 0235

R\$ 1,00

## Poder Executivo

### Avisos

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
A V I S O  
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2006  
PROCESSO Nº 11.707/2006

A Prefeitura Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, torna público aos interessados que a Tomada de Preços nº 33/2006, objetivando compra de 02(dois) caminhões usados foi julgada vencedora a empresa: GRANFER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA.

Ponta Porã-MS, 11 de dezembro de 2006.

Leonor Prieto  
Presidente da CPL

### Ratificação

Ratifico o parecer número 1362/2006, exarado na CI 190/2006, de dispensa de licitação, para a contratação direta do órgão de imprensa oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul – Agiosul, para publicações de matérias deste município de interesse no âmbito Estadual, nos termos do que dispõe o artigo 24, inciso XVI, da Lei nº. 8.666/93.

Ponta Porã/MS, 11 de dezembro de 2006.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal

### Leis

Lei 3511, de 11 de dezembro de 2006.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão para exploração dos serviços funerários no âmbito do Município de Ponta Porã e dá outras providências.

#### AUTOR – PODER EXECUTIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, no uso de suas atribuições, em observância a Lei Orgânica do Município e artigo 175 da Constituição Federal, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte Lei:

#### Capítulo I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A concessão para exploração do serviço público funerário no âmbito deste Município reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta Lei, pelas normas legais pertinentes, pelo Decreto Regulamentador e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único – Para fins de execução da presente Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar Decreto para organizar os serviços funerários e regulamentar sua execução, dispondo ainda sobre a forma em que o serviço será concedido à concessionária.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se serviço funerário:

- I – a edificação e manutenção de cemitério;
- II – a edificação e manutenção de salas para velório;
- III – a edificação e manutenção de capelas mortuárias;

Art. 3º A concessão sujeitar-se-á à fiscalização pelo Poder Público Municipal.

Art. 4º “Vetado”

#### Capítulo II DO SERVIÇO ADEQUADO

Art. 5º O serviço funerário concedido deverá ser prestado de forma adequada ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes, no Decreto Regulamentador e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 6º. São direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços.

### Capítulo III

#### DA LICITAÇÃO

Art. 7º. A concessão do serviço público objeto da presente lei será precedida de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

### Capítulo IV

#### DOS ENCARGOS DO PODER CONCEDENTE

Art. 8º. Incumbe ao Município concedente:

I - regulamentar o serviço concedido por meio de edição de Decreto, versando sobre suas peculiaridades e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

VIII - fiscalizar a execução do serviço público funerário

### Capítulo VI

#### DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Art. 9º. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço constantes no Decreto Regulamentador e as cláusulas contratuais da concessão;

V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço;

VI - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

### Capítulo VII

#### DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 10. Extingue-se a concessão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - rescisão;

IV - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual

§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

§ 4º. A prestação do serviço público funerário poderá ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses

Art. 11. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante edição de Decreto.

Art. 12. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de rescisão do contrato.

### Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada mediante a edição de Decreto a ser expedido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Ponta Porã – MS, 11 de dezembro de 2006.

Flávio Kayatt  
Prefeito Municipal



# Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã

Criado pela Lei Complementar N° 15 de 02/07/2004

Órgão Oficial destinado à publicação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Ponta Porã

PODER EXECUTIVO

Prefeito: Flávio Kayatt

PODER LEGISLATIVO

Presidente: Veimar Souza Marques

Sede: Rua Guia Lopes, 663, centro, Ponta Porã-MS

CEP-79900-000- Telefone 67-3431-1223